

CAE vai sabatinar indicado para o Banco Central após o dia 22

Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, não vê necessidade de alterar o procedimento normal para ouvir Armínio Fraga Neto. Senador Lúcio Alcântara defende aprovação rápida da quarentena para quem deixar direção do BC

O economista Armínio Fraga Neto, indicado para a presidência do Banco Central, será sabatinado normalmente pela Comissão de Assuntos Econômicos após o dia 22, quando o Senado reinicia seus trabalhos ordinários. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, após ouvir líderes partidários.

A mudança no Banco Central continua repercutindo entre os senadores. Lúcio Alcântara acredita que este pode ser o momento de instituir a exigência de quarentena para quem deixar a direção do BC. Jefferson Péres considera que a troca de presidentes mostra "falta de rumo do governo".

PÁGINA 3



Mestrinho quer estimular Zona Franca

Governador do Amazonas por três mandatos, Gilberto Mestrinho chega ao Senado preocupado com o desenvolvimento da região.

PÁGINA 4



Souto defende plano para o Nordeste

Novo senador da Bahia diz que planejamento dos recursos hídricos deve ser feito a longo prazo, evitando mudanças por interesses momentâneos.

PÁGINA 4



Pontes apóia incentivos a indústrias

Senador pelo Ceará afirma que a geração de empregos no Nordeste é interessante também para os estados do Sul e do Sudeste.

PÁGINA 4



Congresso instala sessão extraordinária

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, instalou ontem os trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura. O período extraordinário foi convocado pelo próprio Congresso para permitir a apreciação, na Câmara dos Deputados, da proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF. O Senado, que esgotou a pauta da convocação extraordinária de janeiro, não realizará sessões até o dia 22, quando reiniciará as atividades normais.

PÁGINA 3

Presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (entre os deputados Michel Temer e Heráclito Fortes), instalou na manhã de ontem a sessão extraordinária autoconvocada para propiciar a tramitação na Câmara da emenda da CPMF

Senadores analisam troca de comando no Banco Central

Em debate na TV Senado, José Eduardo Dutra manifesta perplexidade com a nomeação do ex-funcionário de um megainvestidor, enquanto Geraldo Melo diz que mudança ocorreu por divergências na equipe econômica

Substituição do presidente do Banco Central, crise e política econômica são os assuntos do debate entre os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e José Eduardo Dutra (PT-SE), que vai ao ar hoje na TV Senado.

Dutra manifestou perplexidade com a demissão de Francisco Lopes apenas cinco dias depois da sabatina realizada pelo Senado. E questionou a suposta vantagem apresentada pelo

novo presidente indicado para o Banco Central (BC), Armínio Fraga: a de que, por ter trabalhado com o megainvestidor George Soros, ele conhece e sabe operar no meio financeiro. Por esse raciocínio, "é possível que o Escadinha seja indicado para dirigir a Polícia Federal, o Chapéu de Couro para o Ministério da Justiça e o maior sonegador para a Receita Federal", ironizou Dutra.

Mas o 1º vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, ressaltou que tais argumentos para a escolha de Armínio Fraga não partiram do governo. Melo acha que o problema foi uma divergência de opinião e de postura entre o ex-presidente do banco e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tendo prevalecido o ponto de vista do ministro. Melo especula que essa diferença diga respeito à maneira de lidar com especuladores.

Ele afirmou que a demissão nesse contexto é uma coisa corriqueira em qualquer governo.

Melo disse ainda que o controle cambial não era compatível com a opção de economia de mercado feita pelo governo. "A opção de liberar o câmbio deveria ter sido feita há mais tempo. Ela trará grandes benefícios ao país, mas impõe que a conduta das autoridades seja compatível para ser levada em fren-

te", enfatizou.

Ainda sobre a escolha do economista Armínio Fraga, Dutra manifestou desconfiança de que, por trás da indicação, esteja a "mão invisível" de economistas internacionais, embora, conforme disse, Malan negue relação entre a missão do FMI no país e a substituição do presidente do Banco Central.

O debate será transmitido à 1h e às 5h, 13h30 e 21h15.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Hidroginástica
7h30 - Especial Unip - Assunto: Linguagem Musical - 2ª parte
8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Tai-chi-chuan
8h30 - Especial - Apresentando Movimento Laban
9h - Cores do Brasil - Em destaque, Cerrado
9h30 - Entrevista - O senador Luiz Estevão fala sobre as suas propostas políticas
10h - Cores do Brasil - Em destaque, São Luiz do Maranhão
10h30 - Saúde Todo Dia - Atividade: Hidroginástica
11h - Especial Unip - Assunto: Funcionamento do Intestino - 2ª parte
11h30 - Espaço Cultural - Apresentando "Dança Flamenca"
12h30 - Entrevista - O senador Luiz Estevão fala sobre as suas propostas políticas
13h - Cores do Brasil - Em destaque, Brasília
13h30 - Debate - Os senadores Geraldo Melo e José

Eduardo Dutra falam sobre as mudanças no Banco Central
14h30 - Palestra - "Relações Amorosas"
15h30 - Espaço Cultural - Apresentando "Dança Flamenca"
16h30 - Especial Unip - Assunto: Linguagem Musical - 2ª parte
17h - Especial - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista a cineasta Ana Maria Magalhães
18h - Cores do Brasil - Em destaque, Cerrado
18h30 - Entrevista - O jornalista Ricardo Carvalho fala sobre "Comunicação e Meio Ambiente"
19h - Palestra - Lideranças e liderados
20h30 - Entrevista - O senador Luiz Estevão fala sobre as suas propostas políticas
21h - Cores do Brasil - Amazonas
21h15 - Debate - Os senadores Geraldo Melo e José Eduardo Dutra falam sobre as mudanças no Banco Central
22h - Cores do Brasil - Dendê da Bahia
22h30 - Especial Unip - Assunto: Funcionamento do Intestino - 2ª parte
23h - Especial - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista a cineasta Ana Maria Magalhães

Luiz Estevão quer mais recursos para Brasília

A prioridade número um do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) é recuperar a posição do Distrito Federal no Orçamento da União. Foi o que disse o próprio parlamentar em sua primeira entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Recém-empossado no mandato, Luiz Estevão questiona a redução das verbas destinadas ao DF. A queda foi de 1,6% dos recursos da União, em 1995, para 1,5%, no ano passado. Ele lembrou que Brasília, aos 39 anos de existência, é a campeã brasileira de desemprego, problema que atinge 20% da população economicamente ativa da cidade. A causa dessa situação, para ele, é a asfixia da atividade produtiva no Distrito Federal, daí a necessidade de aumentar os incentivos à produção.

Luiz Estevão defendeu um tratamento especial para a capital. "Brasília é muito grande para ser vista apenas como uma

cidade, e muito pequena para ser tratada como um estado." Segundo ele, a cidade apresenta algumas particularidades que precisam ser muito bem analisadas. "Brasília não tem área disponível para indústria e agricultura extensiva, e, aqui, os salários dos servidores públicos representam 65% do poder de compra da população, o que faz com que sejam muito importantes para a economia da região."

O senador comentou, também, a perspectiva de aplicação dos limites para gastos com funcionalismo público definidos pela Lei Camata. Ele disse que, no seu primeiro dia de trabalho como senador, vai apresentar um projeto de lei adequando a aplicação dessa legislação às peculiaridades do DF, considerando o fato de que os gastos com salários dos servidores das áreas de segurança e educação de Brasília são bancados pela União.

Luiz Estevão diz ter apresentado mais



Pequena para ser um estado e grande demais para ser considerado uma cidade, o DF requer atenção especial, diz Luiz Estevão de 600 projetos durante o seu mandato como deputado distrital. Segundo ele, esse número deve ser entendido no contexto em que assumiu seu mandato na Câmara Legislativa do DF: "A Lei Orgânica do Distrito Federal tinha apenas um ano de vida, de forma que boa parte dos projetos apresentados são apenas desdobramentos da lei, apresentados com o objetivo de complementar artigos que exigiam regulamentação", explicou.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
Polarização: Vertical
Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
Antena - 3,6 m LNB
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
Symbol 3,2143MS-S
SEC 3/4
Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

NET BsB - canal 7
SKYNET - canal 30
DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:
Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
Receptor ABR 200, ComStream
LBN DRO ComStream
60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
Satélite: Brasilsat B2
Polarização: Vertical (RX)
Modo: Joint-Stereo
Taxa: 128 Kbps-BPSK
Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Ana Maria: país precisa de política cultural

"O presidente Fernando Henrique Cardoso tem ajudado o cinema nacional, mas não na medida do pensador que ele é." A opinião foi manifestada, em entrevista à TV Senado, pela atriz e cineasta Ana Maria Magalhães. Para ela, o presidente deve ao país uma política cultural.

Ana Maria reconheceu a importância de leis de incentivo à produção cinematográfica, como a Lei de Audiovisual, válida até



Para a cineasta, o presidente Fernando Henrique Cardoso "tem ajudado, mas não na medida do pensador que ele é"

2003. Mas destacou que elas não resolvem o problema, pois são provisórias e não proporcionam tranquilidade para os cineastas produzirem. "Essas leis são como um cra-

chá de pedinte. Não garantem a conquista do financiamento", brincou a cineasta. Mesmo porque, acrescentou, "o empresário seleciona os filmes que quer financiar de acordo com seus interesses". Em consequência, os filmes de arte, sem retorno comercial, acabam com poucas chances, lamentou.

Ela lembrou que não existe mais coluna de artes plásticas nos jornais e que os cadernos de livros só são publicados uma vez por semana. Na opinião dela, cabe aos intelectuais vinculados à arte pensar o que produzem, criar um pensamento artístico-cultural e definir novos rumos.

O filme sobre a vida da atriz Odete Lara, que Ana Maria está produzindo, foi outro tema da entrevista, que vai ao hoje, às 17h e às 23h.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Fraga será sabatinado pela CAE depois do dia 22

O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que vai aguardar o reinício dos trabalhos ordinários da Casa e não vê motivo para alterar o processo de exame das indicações para o Banco Central

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou na manhã de ontem que os novos dirigentes do Banco Central serão "sabatinados normalmente pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, após o dia 22". Com isso, o senador encerrou as especulações em torno de qualquer mudança no processo tradicional com que a Casa examina as indicações feitas pelo presidente da República para a diretoria do BC.

Antonio Carlos observou que não há necessidade de alterar a rotina. O presidente indicado para o Banco Central, Armínio Fraga Neto, já está atuando, na condição de assessor especial do ministro da Fazenda, conforme ato de nomeação. Em contato com os líderes partidários, o presidente do Senado concluiu que "não há por que mudar o processo de exame dos nomes que fo-

rem indicados para as diretorias do Banco Central". Em função dessa avaliação, a presidência do Senado rejeitou requerimento em favor da antecipação do exame da matéria.

O senador revelou, ainda, que acertou com as lideranças uma aceleração no processo de indicação dos novos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de que o exame dos nomes para o BC ocorra rapidamente a partir do próximo dia 22, quando o Senado reinicia os trabalhos ordinários.

A autoconvocação do Congresso Nacional, enfatizou Antonio Carlos, nada tem a ver com o atual quadro econômico do país. "Ela já havia sido definida para permitir que a Câmara avance na apreciação da emenda da CPMF", recordou o senador. "E o momento econômico, inclusive, foi muito bom ontem (*terça-feira*)", acrescentou.

Alcântara quer retomar a discussão sobre quarentena

Se depender do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Armínio Fraga poderá ser o primeiro presidente do Banco Central a ser submetido a um período de quarentena, depois que deixar a função. De acordo com o senador, um dos aspectos positivos das crises é que elas aceleram as decisões. Alcântara entende que a matéria deve ser analisada tão logo se inicie o período ordinário dos trabalhos legislativos, quando Fraga será sabatinado pelo Senado.

— Existem vários projetos tramitando no Congresso, propondo uma quarentena, que eu defendo seja de quatro anos, para quem deixar a presidência do Banco Central.

— Na minha opinião, a votação dessa matéria, inclusive, facilitaria a aprovação do nome de Armínio Fraga — disse Alcântara.

DUTRA

Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), mesmo sendo favorável à fixação de um período durante o qual o ex-presidente do BC ficaria impedido de prestar serviço a empresas que não pertencerem ao governo, faz uma ressalva:

— Não venham com quarentena para apaziguar a nossa ira! — frisou.

Dutra disse que não pode concordar com a indicação de alguém que "até ontem trabalhava para um dos maiores especuladores dos mercados financeiros do mundo", para gerir as contas públicas no Brasil.

— Dentro dessa linha de raciocínio que o governo adotou, o mais adequado seria "Escadinha" assumir a Diretoria Geral da Polícia Federal e "Chapéu de Couro", o Ministério da Justiça — ironizou o senador.

Ele protestou contra a falta de critérios "que caracteriza as relações entre o público e o privado no Brasil", ao lembrar que antes de se tornar colaborador do megainvestidor George Soros, o economista Armínio Fraga ocupou a Diretoria de Assuntos Internacionais do BC.

Para evitar "este entra-e-sai", Dutra é a favor, inclusive, de que o escolhido para presidir o Banco Central seja alguém que tenha ficado "fora de qualquer empresa privada por algum tempo", no período imediatamente anterior ao da sua indicação.

Ele admitiu que, no momento, dificilmente haveria nomes disponíveis se observada essa exigência. No entanto, em países como os Estados Unidos, Alemanha e França, a tradição, segundo Dutra, é o próprio Estado formar quadros para ocupar funções importantes dentro da burocracia estatal.

— Infelizmente, a lógica adotada pelas autoridades brasileiras é a de destruir o serviço público e achar que só existem nomes competentes no mercado — afirmou.



Os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, participaram da sessão solene

Autoconvocação do Congresso começa com sessão solene

O presidente do Senado e do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, instalou ontem, às 10h20, no plenário do Senado, os trabalhos da Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura. Na sessão solene, o presidente do Senado agradeceu a presença dos deputados e senadores.

A sessão legislativa extraordinária

foi convocada pelo próprio Congresso Nacional, ao contrário do que aconteceu em janeiro, quando o Executivo convocou deputados e senadores para trabalharem sobre extensa pauta, que incluía as matérias do ajuste fiscal. Assim, todas as despesas relacionadas com a autoconvocação correrão por conta do Poder Legislativo.

O objetivo dos trabalhos extraordinários é permitir a apreciação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda constitucional, já aprovada pelo Senado, que prorroga e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O Senado já cumpriu a pauta de matérias da convocação extraordinária de janeiro e por essa razão não realizará sessões na convocação de fevereiro.

No dia 22 deste mês tem início a Primeira Sessão Legislativa Ordinária desta legislatura. Na ocasião, será lida mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso para os próximos quatro anos.

País perde autonomia com novo presidente do BC, diz Jefferson

"Isso mostra que o Brasil hoje é um país sem autonomia, quase sem soberania." A afirmação é do senador Jefferson Péres (PDT-AM), ao analisar a substituição de Francisco Lopes por Armínio Fraga Neto na presidência do Banco Central. Ele acha que essa indicação mostra que o governo perdeu o rumo.

Ao tomar conhecimento da mudança, o senador disse que sua primeira reação foi de surpresa, como, em sua opinião, foi a reação da maioria dos brasileiros. "É um fato inédito, em menos de um mês, o país ter três presidentes no Banco Central. É também inédito o Senado aprovar um nome e, dez dias depois, este ser afastado", afirmou.

Na opinião de Jefferson Péres, a decisão do presidente da República

revelou "desorientação e falta de rumo do governo". Ele entende que essa substituição foi um gesto para com o mercado financeiro internacional, a fim de tentar acalmá-lo e deixar claro que o governo não vai centralizar o câmbio, nem dificultar a saída de dólares do país.

— Como o novo presidente do Banco Central trabalhava para o grupo Soros, é como se o governo brasileiro dissesse para o mercado: estejam tranquilos, nada lhes acontecerá — observou.

Nessa análise, o senador também constatou que, do ponto de vista prático, o governo agiu eficazmente, visto que acalmou o mercado, estancando a alta do dólar. Mas, do ponto de vista moral, ele considerou a escolha de Armínio Fraga Neto



Jefferson Péres considerou a indicação de Fraga "muito ruim para o país"

"muito ruim para o país". Para o parlamentar, "é trágico pôr na presidência do Banco Central um homem da confiança dos especuladores". Como brasileiro, Jefferson Péres disse que, hoje, se sente diminuído.

BAHIA

Paulo Souto quer plano decenal de recursos hídricos

Um plano decenal de recursos hídricos para o Nordeste. Esta é uma das metas principais pelas quais o senador Paulo Souto (PFL-BA) pretende lutar durante seu mandato. Ele considera fundamental a existência de um plano de longo prazo para o setor, a fim de evitar mudanças de interesse momentâneo.

– Se isso não for uma atribuição do Poder Legislativo, temos de convencer o governo a formular um plano desses de longo prazo, para que os problemas hídricos não sejam interrompidos por eventuais mudanças. Esse é um tema de interesse permanente para toda a região nordestina – afirmou o senador.

Paulo Souto promete também manter-se atento aos interesses da Bahia no panorama da Federação brasileira. O parlamentar – que deixou o governo do estado para se candidatar a senador – afirmou que a Bahia “tem hoje uma situação privilegiada em relação à média dos estados brasileiros”, mas reconheceu que ainda precisa de muitos investimentos.

O senador prometeu dedicar-se à luta pelos grandes projetos de irrigação. Quer também a preservação dos programas de recuperação da região cacaueteira da Bahia que, segundo ele,



Paulo Souto propõe também um programa de recuperação da lavoura cacaueteira

tem sofrido muito nos últimos anos. Outro ponto destacado pelo parlamentar é a necessidade de uma melhor integração da rede rodoviária do estado, que também tem padecido bastante nos últimos tempos.

Paulo Souto ressaltou também as discussões e votações importantes que serão realizadas este ano pelo Poder Legislativo. Citou a reforma político-partidária, que ainda pretende estudar detalhadamente, e a reforma tributária, para ele “um dos temas mais comple-

xos que existem”.

– É também um tema apaixonante, já que todos falam da necessidade de se mudar o sistema tributário nacional – afirmou.

O senador defende a discussão de um novo pacto federativo. Ele presume que os estados tenham muitas sugestões a apresentar, e afirmou que “há até espaços para que se possam discutir novos temas”.

– Todo mundo tem de fazer um grande esforço para pagar o que ficou acertado. Acho que a chamada discussão de um novo pacto federativo não deve, de forma nenhuma, justificar que alguns estados simplesmente esqueçam suas obrigações – defendeu.

Para Paulo Souto, a crise é séria, mas o país pode sair dela. Ele defendeu a continuidade do trabalho integrado entre os poderes Executivo e Legislativo.

– Não vai ser uma coisa fácil, mas não podemos perder essa conquista tão grande que foi a moeda forte, a estabilidade, que agora pode ser ameaçada pela possibilidade da volta da inflação. Acho que o governo está atento a isto e o Congresso também tem de estar, para que possamos partir para novos programas de desenvolvimento do Brasil – concluiu.

CEARÁ

Luiz Pontes defende incentivos fiscais para atração de indústrias

Os incentivos fiscais oferecidos pelos estados para atrair a instalação de empresas, principalmente indústrias, devem ser utilizados para gerar empregos e permitir o desenvolvimento. Com essa opinião, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) acredita que o Nordeste poderá competir com as demais regiões do país, reduzindo as desigualdades regionais.

– A geração de empregos no Nordeste é interessante também para os estados do Sul e do Sudeste – afirmou o senador, quando perguntado sobre sua posição acerca da chamada “guerra fiscal” entre os estados.

Pontes declarou-se contra a imposição de limites para a concessão de incentivos fiscais pelos estados a indústrias que venham a se instalar em seu território. Dessa maneira, continuou, estariam limitando-se também as possibilidades de desenvolvimento de regiões distantes dos grandes centros industriais, especialmente do eixo Rio-São Paulo.

Apesar de posicionar-se a favor da manutenção da liberdade de concessão de incentivos pelos estados, Pontes acredita que os tributos brasileiros precisam ser reformados. Contrário à criação de novos impostos, o senador, que é empresário, entende que uma ampla discussão deve ser realizada para a definição de uma estrutura tributária, com uma distribuição equilibrada da arrecadação entre União, estados e municípios.

– Antes de se criar um novo imposto é importante que fique clara a sua necessidade – pondera.

CRISE DO REAL

Pontes entende que a crise do Plano Real deve ser encarada como uma questão de todos os brasileiros. Para o senador, é hora de deixar partidarismos de



lado para que os problemas sejam superados. O senador reafirmou sua confiança no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e acredita que manifestações de que o presidente deve renunciar só dificultam a resolução dos problemas.

Ainda assim, Pontes quer que a equipe econômica venha ao Congresso Nacional para mostrar o que pretende daqui para a frente. Com a aprovação das medidas do ajuste fiscal, continuou, os parlamentares deram a sua contribuição, em sinal de confiança total à equipe econômica.

– Sempre se discutiu a sobrevalorização do real como algo prejudicial. Com a desvalorização, a expectativa era de que os juros iriam cair, mas o que se observou foi o inverso – declarou o senador para justificar a necessidade de o Senado ouvir representantes do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

Deputado estadual por 12 anos e federal por outros quatro, Luiz Pontes chega ao Senado com 1,4 milhão de votos (62%), depois de passar pela presidência da Assembleia Legislativa do Ceará. Empresário das áreas de construção civil, agropecuária e turismo, o senador é casado com Karísia Andrade Pontes e tem três filhos.



Pontes sugere amplo debate para definir a estrutura tributária, com distribuição equilibrada da arrecadação

AMAZONAS

Mestrinho pede fortalecimento da Zona Franca

Três vezes governador do Amazonas, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) assume um mandato no Congresso Nacional disposto a lutar pelo fortalecimento e ampliação do modelo da Zona Franca de Manaus. Para ele, essa política é uma das principais dinamizadoras do desenvolvimento da região.

– Defendo políticas racionais para o desenvolvimento da Amazônia e a compreensão de que não somos região de terceira classe no conceito nacional – afirmou Mestrinho.

Nesse sentido, o senador quer a adoção de políticas ambiental e indigenista realistas e racionais, “sem as mistificações atuais, com visão antropocêntrica, capaz de compatibilizar o desenvolvimento com a conservação da natureza”.

Para Mestrinho, os estados menos desenvolvidos ou com patrimônio menor foram discriminados na renegociação de suas dívidas. Segundo ele, isso se deve à prioridade dada pelo governo federal de rolar as dívidas mobiliárias, sem negociar as dívidas contratuais dos governos estaduais.

– Esses estados têm ainda tratamento diferenciado e desfavorável fi-



Mestrinho sugere, na reforma tributária, simplificação dos impostos e justiça fiscal

nanceiramente, no que diz respeito a juros e alongamento da dívida, como foi feito com os outros – analisa o senador, para quem as dívidas dos estados menos desenvolvidos devem ser renegociadas.

As diferenças regionais, na opinião de Mestrinho, também não serão resolvidas por meio da “guerra fiscal”, em que estados oferecem incentivos fiscais para atrair empresas. Para ele, “essa guerra é altamente nociva ao princípio federativo e, na realidade, os resultados são

negativos para os próprios estados supostamente vitoriosos”.

REFORMA TRIBUTÁRIA

É necessário que seja feito um exame cuidadoso das medidas de ajuste no sistema tributário brasileiro. Esse é o alerta de Mestrinho, por identificar que, aparentemente, o Executivo ainda não está convencido de suas propostas. A incorporação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), por exemplo, poderá, na visão do senador pelo Amazonas, gerar problemas sérios, pois traz o risco de perda de receitas por alguns estados e de aumento da sonegação.

Mestrinho acredita que uma reforma tributária deve estar alicerçada em um tripé: a simplificação dos impostos para facilitar a atividade econômica, a arrecadação de recursos suficientes para que a União, os estados e municípios possam atender suas obrigações e o alargamento da base de incidência tributária, com maior justiça fiscal.

Apesar de reconhecer que houve erros na condução da política econômica, Mestrinho está otimista em relação à recuperação da economia do país.